

# Comunicação, Mídias e Educação

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen  
(Organizadora)

/Promotion  
/Research  
/Business  
/Development  
/Engineering  
/Manufacturing  
/Planning

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen**

(Organizadora)

# Comunicação, Mídias e Educação

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C741	Comunicação, mídias e educação [recurso eletrônico] / Organizadora Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-344-6 DOI 10.22533/at.ed.446192205  1. Aprendizagem. 2. Comunicação – Pesquisa – Brasil. 3. Comunicação na educação. I. Hrenechen, Vanessa Cristina de Abreu Torres.  CDD 371.1022
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Essa obra reúne um conjunto de pesquisas sobre as novas tecnologias e técnicas aplicadas à comunicação. O compilado de artigos traz contribuições relevantes para a comunidade científica e profissionais da área.

O e-book, composto por 36 artigos, apresenta diálogos contemporâneos e reflexões sobre o papel da comunicação nos mais diversos âmbitos. Estudos analisam o uso das novas mídias na educação e avaliam a convergência dos meios na partilha de informações e aprendizagem em conjunto. Pesquisas também retratam o consumo midiático, culturas comunicacionais e as manifestações no espaço urbano.

Há artigos sobre o ambiente *comunicacional* digital e o impacto das novas tecnologias na sociedade. Autores também discutem as discrepâncias entre as visões de mundo dos jornalistas e dos usuários de redes sociais e o papel dos meios de comunicação na representação da realidade. O volume traz pesquisadores de peso que compartilham conhecimento e estimulam novos estudos na área da comunicação.

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
OS PRIMEIROS PASSOS DO MUSEU DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (MUGEO): HISTÓRICO E ACERVO	
Lena Simone Barata Souza Ezequias Nogueira Guimarães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4461922051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
CARTOGRAFÍA DIGITAL INTERACTIVA DE LO PATRIMONIAL: DEL RELATO AL “DATO” Y VICEVERSA	
Liliana Fracasso David Aperador Francisco Cabanzo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4461922052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>33</b>
A UTILIZAÇÃO DE MAQUETES E IMAGENS TÁTEIS COMO IMPULSIONADORAS DO APRENDIZADO PARA CEGOS E PESSOAS COM BAIXA VISÃO NAS GEOCIÊNCIAS	
Loruama Geovanna Guedes Vardiero Rodson Abreu Marques Tamires Costa Velasco Matheus Gomes Fanelli Jeruza Lacerda Benincá Barbosa Sandro Lúcio Mauri Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4461922053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>45</b>
REPRESENTAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA TV: UMA ANÁLISE DA SÉRIE “SOBRE RODAS” COM O PARATLETA FERNANDO FERNANDES	
Antonio Janiel Ienerich da Silva Henrique Alexander Grazzi Keske	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4461922054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>62</b>
ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA EXPERIÊNCIA NARRATIVIZADA: AS REDES SOCIAIS COMO LUGAR DE FALA PARA SUJEITOS QUE CONVIVEM COM O AUTISMO	
Igor Lucas Ries	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4461922055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>74</b>
DISCURSO CIENTÍFICO E DISCURSO ACADÊMICO: SOBRE UM POSSÍVEL GESTO POLISSÊMICO DE LEITURA	
Bianca Queda Costa Solange Maria Leda Gallo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4461922056</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>78</b>
PARSER E LEITURA AUTOMATIZADA DE CURRÍCULOS DA PLATAFORMA LATTES PARA EXTRAÇÃO DE INDICADORES ACADÊMICOS E TECNOLÓGICOS	
Fernando Sarturi Prass Franklin Matheus Boijink Alexandre de Oliveira Zamberlan	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4461922057</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>96</b>
ANOTAÇÕES SEMÂNTICAS EM REPOSITÓRIOS ACADÊMICOS:UM ESTUDO DE CASO COM O RI UFBA	
Aline Meira Rocha Lais do Nascimento Salvador Marlo Vieira dos Santos e Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4461922058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>113</b>
CONTEÚDO AUDIOVISUAL DO CURSO DE PEDAGOGIA SEMIPRESENCIAL DA UNESP/UNIVESP	
Dayra Émile Guedes Martínez José Luís Bizelli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4461922059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>120</b>
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: APRENDIZAGEM EM REDE	
Daiane de Lourdes Alves Ângela Cutolo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>132</b>
DESAFIOS DA TUTORIA EM EAD E ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA: UM ESTUDO DE CASO	
Tamara de Lima Lorayne de Freitas Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>143</b>
CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE CONHECIMENTO – VIVENCIANDO EXPERIÊNCIAS COM A METODOLOGIA ATIVA	
Reyla Rodrigues Ribeiro Levy Silva Ribeiro Bruno Bernardes de Menezes Raquel Aparecida Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220512</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>154</b>
MATHQUIZ: UM JOGO EDUCATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS	
José Marcelo Silva Santiago	
Monck Charles Nunes De Albuquerque	
Francisco Ranulfo Freitas Martins Junior	
Fernanda Kécia De Almeida	
Yuri Soares De Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220513</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>165</b>
A MÍDIA COMO VERTENTE INTERDISCIPLINAR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA	
Sebastião Jacinto dos Santos	
João Clemente de Souza Neto	
Marcos Júlio Sergi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220514</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>180</b>
EDUCAÇÃO VISUAL: DESENVOLVIMENTO GRÁFICO DE FASCÍCULOS COM CONTEÚDO DIDÁTICO	
Caroline de Cerqueira Medeiros	
Fabiola Arantes de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220515</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>194</b>
CULTURA VISUAL E IDENTIDADE DOS ALUNOS DO CAP-UERJ	
Christiane de Faria Pereira Arcuri	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220516</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>205</b>
JUVENTUDES INTERIORANAS: ESTUDANTES DE PUBLICIDADE E SUAS MANEIRAS DE COMUNICAR	
Renata Valeria Calixto de Toledo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220517</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>215</b>
FARTURA TRAZ ALEGRIA! O FUNK OSTENTAÇÃO E AS SUBJETIVIDADES JOVENS	
Juliana Ribeiro de Vargas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220518</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>227</b>
REPRESENTATIVIDADE E GÊNERO NAS PRODUÇÕES MIDIÁTICAS: DILEMAS E APROXIMAÇÕES	
Ariana Grzegozeski Schneider	
Márcio Giusti Trevisol	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220519</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>238</b>
A AUTOACEITAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE A PARTIR DE UM CASO REAL	
Bruno Filipe Griebeler	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220520</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>254</b>
A PERFORMANCE ENQUANTO FLUXO DE COMUNICAÇÃO NA MODA	
Antonio Cimadevila Ione Maria Bentz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220521</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>266</b>
A MIDDLEWARE PERSPECTIVE FOR INTEGRATING GINGA-NCL APPLICATIONS WITH THE INTERNET OF THINGS	
Danne Makleyston Gomes Pereira Francisco José da Silva e Silva Carlos de Salles Soares Neto Álan Lívio Vasconcelos Guedes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220522</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>280</b>
UMA ABORDAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DE DESEMPENHO DO RECONHECIMENTO OFF-LINE DE VOZ CONTÍNUO	
Lucas Debatin Aluizio Haendchen Filho Rudimar Luís Scaranto Dazzi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220523</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>297</b>
INVESTIGAÇÃO ONTOLÓGICA DA OBRA DE ARTE DIGITAL: LINGUAGEM UBÍQUA, MODELO DE DOMÍNIO E PROGRAMAÇÃO VOLTADA PARA AS ARTES VISUAIS	
Teófilo Augusto da Silva Claudio de Castro Coutinho Filho Carlos Tiago Machel da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220524</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>306</b>
A INFLUÊNCIA DA TRIDIMENSIONALIDADE NA NARRATIVA ANIMADA: <i>FROZEN</i> E O USO DA ESTEREOSCOPIA	
Paula Poiet Sampedro Danilo César Granatto Leonardo Antonio de Andrade Antonio Henrique Garcia Vieira Carolina Lourenço Reimberg de Andrade Felipe Contartesi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220525</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>317</b>
UMA NARRATIVA PROCEDURAL DENTRO DO UNIVERSO FICCIONAL DA DC COMICS	
Leonardo Antonio de Andrade Felipe Contartesi Antonio Henrique Garcia Vieira Carolina Lourenço Reimberg de Andrade Paula Poiet Sampedro Danilo César Granatto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220526</b>	

<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>332</b>
FINAL FANTASY XV: A NOVA APOSTA MULTIPLATAFORMA DA FRANQUIA	
<a href="#">Maria Tereza Batista Borges</a>	
<a href="#">Mirna Tonus</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220527</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>339</b>
PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM JOGOS VIRTUAIS: UM ESTUDO SOBRE CORPO E ESTRATÉGIA NO JOGO <i>LEAGUE OF LEGENDS</i>	
<a href="#">Cíntia Oliveira Demaria</a>	
<a href="#">Márcia Stengel</a>	
<a href="#">Valéria Freire de Andrade</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220528</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>352</b>
GAMEPÓLITAN: UMA ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES DE COMUNICAÇÃO, UTILIZANDO-SE DO E-SPORT COMO FERRAMENTA DE ENGAJAMENTO	
<a href="#">Luana Britto Silva Vieira</a>	
<a href="#">Marta Cardoso de Andrade</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220529</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>368</b>
MÍDIAS DIGITAIS E O SITE DO COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL	
<a href="#">Carlos Augusto Tavares Junior</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220530</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>410</b>
HOMOGENEIDADE E ENDOGENIA NOS INTERESSES DE JORNALISTAS DESCONECTAM VALOR NOTÍCIA E POPULAÇÃO	
<a href="#">Ana Maria Brambilla</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220531</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>425</b>
O ENQUADRAMENTO DO <i>IMPEACHMENT</i> DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF (PT) NAS REVISTAS <i>VEJA</i> E <i>CARTA CAPITAL</i>	
<a href="#">Carla Montuori Fernandes</a>	
<a href="#">Eduardo Matidios Pereira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220532</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>437</b>
PARTICIPAÇÃO E MÍDIA: UM DEBATE SOBRE A HEGEMONIA DISCURSIVA DO CAPITALISMO	
<a href="#">Michele Luciane Blind de Moraes</a>	
<a href="#">Tulainy Parisotto</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220533</b>	
<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>449</b>
REPRESENTAÇÕES SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE O DOCUMENTÁRIO <i>O ACRE EXISTE</i>	
<a href="#">Daya de Kassia Pinheiro Campos</a>	
<a href="#">Francielle Maria Modesto Mendes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44619220534</b>	

**CAPÍTULO 35 ..... 459**

PARÂMETROS DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO RADIOFÔNICO SOBRE SAÚDE PARA CRIANÇAS DE SEIS A DEZ ANOS

Diana Diniz de Jesus

Daniela Pereira Bochembuzo

**DOI 10.22533/at.ed.44619220535**

**CAPÍTULO 36 ..... 473**

SOCIEDADE CIVIL ATIVA NA MEDIAÇÃO DAS RELAÇÕES DO MERCADO PUBLICITÁRIO COM O PÚBLICO INFANTIL

Marcos José Zablonky

Natally Navarro Encinas Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.44619220536**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 490**

## O ENQUADRAMENTO DO *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF (PT) NAS REVISTAS *VEJA* E *CARTA CAPITAL*

**Carla Montuori Fernandes  
Eduardo Matidios Pereira**

**RESUMO:** As eleições presidenciais de 2014 foram marcadas por uma conjuntura de embate político-partidário e denúncias de corrupção na Petrobras, no qual a mídia ocupou o papel de protagonista na cobertura dos fatos. Ao final do pleito, a candidata Dilma Rousseff (PT) foi reeleita pelo voto direto. Contudo, antes mesmo do início do segundo mandato, o termo *impeachment* já circulava nos meios de comunicação. Após a posse da presidente, intensificaram-se as acusações de corrupção contra o governo petista em inúmeras reportagens, com vieses e abordagens distintas. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar o enquadramento do termo *impeachment* no conteúdo *on-line* das revistas *Veja* e *Carta Capital*.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo, política, *impeachment*.

### BACKGROUND CONCERNING THE IMPEACHMENT OF PRESIDENT DILMA ROUSSEFF (PT) IN THE JOURNALS *VEJA* AND *CARTA CAPITAL*

**ABSTRACT:** The 2014 presidential elections were marked by a climate of party political clashes and allegations of corruptions at

Petrobras, with the media acting as a key player in covering the facts. At the end of the election, the candidate Dilma Rousseff (PT) was re-elected by direct vote. However, even before the beginning of her second term, the word *impeachment* was already starting to circulate in the media. After her inauguration as President for a second time, accusations of corruption against the Workers' Party government started to intensify in countless reports, with different standpoints and approaches. This article therefore aims to analyse the background to the term *impeachment* in the online content of the journals *Veja* and *Carta Capital*.

**KEYWORDS:** journalism, politics, *impeachment*.

### 1 | INTRODUÇÃO

O termo *impeachment* é uma prerrogativa presente na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB-1988) e designa a destituição do mandato de autoridades públicas – presidente da república, governador, prefeito. O início do processo é, em geral, de iniciativa política, cuja condução e consolidação ocorrem na esfera legislativa.

Além de ser regido pela CRFB-1988, por meio dos artigos 52 e 85, o processo de *impeachment* é conduzido pela Lei n. 1.079, de

10 de abril de 1950. Essa legislação, assim como o artigo 85 da Constituição, especifica os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Para ser afastado do cargo por meio do *impeachment*, um governante necessita ser acusado e julgado por crime de responsabilidade que atente contra a Constituição Federal.

O primeiro processo de *impeachment* no Brasil ocorreu em 1992, contra o ex-presidente Fernando Collor de Mello (PRN), na ocasião acusado de praticar crimes de corrupção. A discussão sobre o início de um novo processo de *impeachment* no país repercutiu no cenário político desde que Dilma Rousseff (PT) assumiu o segundo mandato presidencial, em janeiro de 2015. No rol de ações passíveis de denúncias contra a petista destacam-se as transações ilícitas na Petrobras, ao lado de desacertos na esfera política e econômica, refletindo na elevada insatisfação popular e no aumento da impopularidade da presidente.

Ainda que sejam controversas as bases jurídicas que apontem crime de responsabilidade, os veículos de comunicação encamparam uma batalha para inserção do tema no cotidiano nacional. Por essa razão, este artigo tem por objetivo analisar o enquadramento do tema *impeachment* no conteúdo *on-line* das revistas *Veja* e *Carta Capital*, partindo da premissa de que o assunto foi veiculado de maneira espetacular, dissociado do contexto constitucional que o permeia. A escolha das mídias justifica-se pela influência que exercem junto ao público e também por serem objetos reconhecidos, na esfera acadêmica, para pesquisas que analisam o enquadramento das capas e reportagens em busca de identificar como atuam na construção e/ou desconstrução de personagens e partidos políticos.

Diante da visibilidade da mídia na cobertura dos acontecimentos políticos e da conseqüente influência na esfera cotidiana, faz-se necessário refletir sobre o papel do jornalismo na construção e representação da realidade social e, assim, responder como o termo *impeachment* foi enquadrado por esses dois veículos de comunicação, que adotam linhas editoriais divergentes. A análise de tais unidades noticiosas abarcou o período que compreende o início do segundo mandato presidencial de Dilma, de primeiro de janeiro até 16 de março de 2015, ocasião em que as manifestações sociais pró-*impeachment* da governante mobilizaram aproximadamente dois milhões de cidadãos, em mais de 160 cidades do país. Como metodologia de análise foi eleito o referencial teórico do enquadramento para, posteriormente, interpretar o conteúdo jornalístico à luz da análise de conteúdo.

## 2 | MÍDIA E PODER: BREVES CONSIDERAÇÕES

No cenário contemporâneo, o papel desempenhado pela mídia não se restringe apenas ao relato dos fatos cotidianos mas, sobretudo, à publicização de temas para reflexão e debate nos espaços públicos. No campo político, considerado por Bourdieu (2011) como um microcosmo relativamente autônomo no interior de um macrocosmo social, dotado de leis próprias e intrínsecas àqueles que participam e preenchem as

condições sociais de acesso ao espaço, sobressaem os jornalistas, que se tornaram, conforme alerta o autor, agentes de primeira pessoa.

Para Bourdieu (2011), o que determina a presença da mídia como agente do campo político está vinculado ao fato de que a sua ação é capaz de transformar o estado do campo, pela razão de produzir efeitos de sentido nesse espaço. Assim decorre a importância da mídia no fortalecimento do capital político que, segundo o autor (2011, p. 195), “está ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável”, sendo “o capital político uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido”. A visibilidade do ator político na contemporaneidade encontra nos meios de comunicação o seu passaporte de ingresso.

Para Gomes (2004), grande parte da disputa no campo político se efetiva no âmbito da competição pela construção, controle e determinação da imagem dos agentes, grupos e instituições participantes do jogo, na qual a mídia ocupa um lugar que seria próprio da política. O autor Lima (2004) reforça tal pensamento ao apontar que a mídia se transformou em importante ator político, com poder de produzir e distribuir capital simbólico e interferir diretamente no processo político.

Ao emprestar a noção de poder de Van Dijk (2010), associada a maior ou menor capacidade de exercer controle sobre pensamentos e ações de membros de outros grupos, é possível constatar que o poder não somente se efetiva no interior de um texto, por meio das formas gramaticais mas, também, no controle que é capaz de exercer sobre uma situação social. Na esfera midiática, as relações entre discurso e poder ocorrem na medida em que se exaltam os mecanismos de controle que envolve os processos comunicativos (DIJK, 2010).

Diante disso, faz-se necessário analisá-los à luz de referenciais teóricos metodológicos precisos, capazes de elucidar os mecanismos de controle que circundam a construção das narrativas. Para essa tarefa, a teoria do “enquadramento” oferece subsídios capazes de examinar empiricamente a mídia e identificar como, a partir de práticas específicas, são organizadas as narrativas jornalísticas.

### **3 | A PRODUÇÃO DA NARRATIVA JORNALÍSTICA E A TEORIA DO ENQUADRAMENTO**

A primeira sistematização sobre o conceito de enquadramento, denominado framing analysis, foi realizada por Erving Goffman. A ideia de enquadramento ou frames derivava da preocupação de Goffman em entender como cada sujeito particular classificava e organizava uma dada situação social e atribuía sentido à realidade ao seu redor. Para o autor, “enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais” (GOFFMAN, 1986 *apud* PORTO, 2004, p. 78).

Mais adiante, após o surgimento de inúmeros estudos que ampliaram as noções de enquadramento com análises do discurso da mídia nas esferas sociais e políticas, o

sociólogo Eatman propôs uma revisão sistemática do conceito, ao definir que enquadrar envolve seleção e saliência: Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes no texto comunicativo [...] (EATMAN, 1993, p. 52).

O conceito de enquadramento possibilita uma perspectiva de análise do jornalismo político em que a questão da seleção do que é veiculado, ou seja, a ênfase de determinados fatos, informações e/ou sujeitos e a omissão de outros indicam os ângulos da realidade dados a conhecer por meio da cobertura jornalística (PADUA, 2010).

Porto (2004) assinala que para mapear os diferentes tipos de enquadramento utilizado nos relatos jornalísticos, faz-se necessário adotar um modelo sistemático de análise que permita maior rigor na aplicação da metodologia. Na primeira etapa do processo, deve-se distinguir se o formato da matéria comporta o enquadramento noticioso ou interpretativo, sendo que os dois tipos aparecem com mais frequência e são comumente utilizados nas narrativas jornalísticas. Na sequência, a segunda etapa prevê a identificação das principais controvérsias presentes nas notícias, com o intuito de averiguar quais atores sociais distintos, além dos grupos dominantes, possuem capacidade para influenciar o processo de enquadramento. Segundo Porto (2004) é imprescindíveis incluir as interpretações promovidas por movimentos sociais ou de oposição, inclusive aquelas que são excluídas pela mídia, explicitando, quando possível, as razões que levam ao predomínio de certos enquadramentos, em detrimento de outros.

Por fim, a definição de uma análise sistemática de conteúdo aparece como item fundamental para identificar as práticas de enquadramento. Independente do método adotado, Porto (2001) alerta para a importância de eleger um enfoque integrado que inclua uma análise de conteúdo quantitativa e uma análise textual de teor qualitativo. Para analisar como foi pautado o termo *impeachment* nas reportagens das revistas *Veja* e *Carta Capital*, optou-se pela utilização do conceito de enquadramento nos moldes propostos por Porto, tendo como complemento a análise de conteúdo.

#### **4 | A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DO *IMPEACHMENT* NAS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL**

Para identificar qual foi a narrativa do *impeachment* que predominou nas reportagens on-line das revistas *Veja* e *Carta Capital* foram selecionados os textos de caráter noticioso, veiculados na seção política, durante o período de primeiro de janeiro a 16 de março de 2015. Uma das características primordiais dos enquadramentos noticiosos, segundo atenta Porto (2004), é que eles se configuram de escolhas realizadas pelos jornalistas quanto ao formato das matérias, o que acaba por privilegiar, como consequência, a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade, assim como a omissão e distorção de outros.

Ao analisar as reportagens que retrataram o referido tema, em revistas que

seguem tendências ideológicas distintas, pretende-se identificar em que medida se efetivou, na seleção dos temas, a ênfase e/ou omissão dos jornalistas na produção do conteúdo noticioso sobre o *impeachment*. A ênfase é definida como um padrão de seleção em que se privilegiam aspectos isolados de um determinado evento, eliminando-se fatos, informações e dados que muitas vezes são imprescindíveis para ampliar a compreensão do fato narrado. Já a omissão remete a um padrão de transmissão onde predomina o silêncio mediante determinado evento, de maneira que há um esvaziamento na transmissão de informações que são consideradas relevantes para o entendimento adequando do tema em questão.

Ao conceito de enquadramento foi incorporada a “análise de conteúdo”. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo prevê três etapas distintas. A primeira, denominada pré-análise, refere-se à organização do material propriamente dito. Nessa etapa foram selecionadas todas as reportagens da seção política, pautadas no âmbito do tema *impeachment* das revistas escolhidas para esse estudo.

A segunda etapa, nomeada de exploração do material, abarcou uma análise prévia das reportagens selecionadas, com o intuito de identificar a ocorrência de termos e referências similares para compor os indicativos de observação do conteúdo jornalístico. Nessa fase, as reportagens foram agrupadas a partir de quatro indicativos, a saber: a) *impeachment* e golpe; b) *impeachment* e terceiro turno eleitoral; c) *impeachment* e insatisfação popular; d) *impeachment* e crime de responsabilidade. Por fim, a última etapa compreendeu uma análise descritiva e interpretativa do conteúdo jornalístico.

Durante o período analisado a revista *Veja* produziu 29 reportagens em que o tema *impeachment* foi retratado ao passo que a revista *Carta Capital* veiculou um total de 24 matérias jornalísticas.

#### **4.1 Controvérsias: golpe do *impeachment* ou *impeachment* não é golpe?**

Na revista *Veja*, o termo *impeachment* apareceu na reportagem intitulada “Acuada, Dilma pede mobilização contra ‘golpismo’”, publicada em 06 de fevereiro. A matéria refere-se ao discurso da presidente Dilma, realizado em Belo Horizonte, durante o evento de aniversário de 35 anos do PT. Ainda que o pronunciamento da presidente indicasse a necessidade de mobilização e conclamasse a militância para enfrentar aqueles aos quais ela nomeou de golpistas – na voz da presidente, a oposição se rebelava contra o seu governo por não aceitar a derrota eleitoral –, a reportagem enfatizou os desacertos da política econômica, sugerindo que tais desajustes poderiam culminar com a abertura de um processo de *impeachment* contra a gestora.

Na reportagem de 9 de fevereiro, “Líder do PSDB bate boca com petista sobre pedido de *impeachment* de Dilma”, *Veja* relatou o embate entre os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB) e Lindbergh Farias (PT), após o tucano indicar que a abertura do processo não poderia ser tratado como golpismo, pois os pedidos emergiram de uma sociedade que se mobiliza contra a inércia e a omissão de um governo submerso em sucessivas denúncias de corrupção.

Mesmo que a reportagem tenha ressaltado a visão do senador petista, distinguindo entre o ambiente político institucional que conduziu ao processo de *impeachment* de Collor e a denúncia de corrupção da Petrobras, base para o início das investigações contra a presidente Dilma, as entrevistas aos senadores José Agripino (DEM-RN) e de Cristovam Buarque (PDT-DF), para a mesma matéria, endossaram a visão de Cássio Cunha Lima. Elas apontaram ser um equívoco tratar a expressão como golpismo, considerando que o processo é uma prerrogativa constitucional.

Em tom dissonante, a *revista Carta Capital* publicou matéria na qual constam trechos da mesma entrevista coletiva concedida pelo senador Aécio à imprensa, com o título “Aécio Neves: *impeachment* não está na agenda do PSDB”. A reportagem relata apenas que os tucanos apóiam os atos contra a presidente, agendados para 15 de março, sem endossar o afastamento dela do Planalto. Também divulgou trechos de entrevista em que o senador Aécio declarou que o PSDB não conduziria o referido *impeachment*.

O termo golpismo apareceu novamente na reportagem de Veja, na matéria intitulada “Black blocs ameaçam aterrorizar próximo protesto”, de 16 de março, ao relatar que participantes do movimento, denominado na matéria como vândalos mascarados, prometiam reaparecer para esvaziar as mobilizações contra Dilma, visando dar uma resposta ao golpismo das ruas, identificados, sobretudo, nos bairros burgueses.

Nas reportagens de Carta Capital, a associação do termo *impeachment* com golpe ou golpismo obteve respaldo em trechos de entrevistas de políticos, em especial do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB). A matéria publicada em 9 de março, com a chamada “Para Eduardo Cunha, tese de *impeachment* é golpe”, trazia entrevista do peemedebista, nas quais declarou a legitimidade da eleição de Dilma, a quem caberia cumprir o mandato. A reportagem conferiu ênfase a trechos, segundo os quais qualquer decisão desse porte poderia causar uma ruptura institucional e comprometer a democracia do país.

Na mesma linha argumentativa, a matéria “Antes de protestos, clima político se acirra”, publicada por Carta Capital, em 9 de março, reproduziu aspectos da entrevista do ministro Miguel Rossetto, então secretário-geral da Presidência, nos quais afirma ser o *impeachment* uma tese de neoliberais em crise e golpistas. Na mesma reportagem, essa posição política foi endossada com a veiculação da entrevista do então secretário nacional de Comunicação do PT, José Américo Dias. Ele declarou que toda mobilização contra a presidente, seja nas ruas ou por meio de pannels, é financiada por partidos de oposição.

Outra reportagem de Carta Capital, de 10 de março, com o título “Em SP, mais pressão contra Dilma”, voltou a reproduzir trechos das entrevistas do presidente da Câmara, Cunha, em que ele indicou a tese de *impeachment* como um golpe contra a democracia, pois Dilma foi eleita com 53 milhões de votos.

Em Carta Capital, a reportagem intitulada “Como foram os protestos de 13 de

março pelo Brasil”, publicada na mesma data, abordou os atos que ocorreriam em 23 estados e no Distrito Federal, em defesa da Petrobras, dos Direitos e da Reforma Política. A matéria indicou que além da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da UNE (União Nacional dos Estudantes) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), aliou-se à organização da manifestação os movimentos de esquerda, com a bandeira em defesa da democracia – ou contra o suposto golpe de *impeachment* – e da reforma política.

Durante o período analisado, é possível constatar que o termo *impeachment* esteve associado a golpe em quatro reportagens da *revista Veja* e em seis de *Carta Capital*, com enquadramentos divergentes. *Veja* buscou desvincular a palavra *impeachment* de golpe, com reportagens que enfatizavam os equívocos do governo, respaldadas por entrevistas com políticos favoráveis à abertura do processo. Em contrapartida, as reportagens de *Carta Capital* enfatizaram os discursos governistas e buscou teses e entrevistas de políticos que contestavam o *impeachment*, associando-o a um processo de golpismo e crime contra a democracia.

#### 4.2 A tese do *impeachment* e o terceiro turno eleitoral

O termo terceiro turno eleitoral foi criado pela ala governista para designar as manifestações contra o governo de Dilma, surgidas após a reeleição. De maneira semelhante à expressão golpismo, terceiro turno eleitoral converteu-se em pauta agendada em duas reportagens de *Veja* e em três de *Carta Capital*. Na reportagem sob o título “Acuada, Dilma tenta amenizar crise e fala em 3º turno”, publicada em 9 de março, *Veja* relatou que após o pânico ocorrido em várias regiões do país, durante pronunciamento da presidente na televisão, a governante minimizou tais manifestações, apesar de reconhecer a legitimidade dos atos.

A reportagem traz trechos da entrevista coletiva concedida pela mandatária durante a sanção da Lei do Femicídio e aponta que, de maneira confusa e nebulosa, a governante expôs que não há razões para cassação do mandato presidencial e qualquer tentativa nesse sentido configuraria terceiro turno eleitoral. Na cobertura da mesma cerimônia que marcou a sanção da Lei do Femicídio *Carta Capital* publicou, em 9 de março, a reportagem “Dilma diz que ‘sociedade não aceitará rupturas democráticas’”. Na contramão das críticas efetuadas por *Veja*, a revista ponderou que a presidente defendeu o direito de manifestação pacífica, mas alertou que seria necessário existir razões para o *impeachment*. Protestos pelo terceiro turno das eleições poderiam resultar em uma ruptura democrática.

Tratado como discurso petista, o terceiro turno eleitoral foi mencionado na reportagem “A classe política à espera de 15 de março”, veiculada pela *revista Veja* no mesmo dia em que ocorreram importantes mobilizações contra a presidente e o PT. A matéria apontou que milhares de brasileiros expressaram nas ruas do país a repulsa à corrupção e ao abuso de poder do Governo Federal. Indicava, ainda, a cautela dos

partidos de oposição ao governo sobre apoiar as manifestações, com o intuito de não fomentar o discurso petista de que os protestos eram meramente uma tentativa de forçar um terceiro turno eleitoral.

Duas menções ao terceiro turno eleitoral foram feitas por Carta Capital, no dia 15 de março, com as chamadas: “Aécio Neves: *impeachment* não está na agenda do PSDB” e “Nos 30 anos do fim do regime militar, atos querem derrubar o governo”, para falar das referidas manifestações. Com enquadramentos divergentes, a primeira reportagem traz trechos da entrevista concedida por Aécio, na qual o senador indica o PSDB como apoiador dos atos, mas sem pedir o afastamento da presidente do Planalto, com o intuito de não reforçar a tese de que os protestos corroboram com a tentativa de emplacar um terceiro turno das eleições presidenciais. Por fim, sinalizou que a presidente Dilma e o então ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, classificaram os pedidos de *impeachment* como uma tentativa de provocar uma reviravolta nas eleições de outubro.

A reportagem que abordou os 30 anos do fim da ditadura militar relacionou o episódio com os protestos apoiados por partidos como o Solidariedade, PSDB e DEM para derrubar o governo. A matéria indicava que a Força Sindical, entidade ligada ao partido liderado por Paulinho da Força (SDD), pretendia coletar assinaturas para apresentar o pedido de *impeachment* ao Congresso. Na sequência, reproduzia as palavras da presidente Dilma, que em entrevista tratou a tese do *impeachment* como uma tentativa de acirrar o clima de terceiro turno das eleições presidenciais.

As reportagens das revistas percorreram caminhos semelhantes ao mostrar o termo *impeachment* como terceiro turno eleitoral. Ainda que a revista *Veja* tenha adotado um viés crítico ao comentar o discurso da presidente Dilma sobre a tese de *impeachment*, a expressão apareceu nos dois veículos de comunicação associada a uma construção do governo petista, ao se referir as frequentes mobilizações dos partidos de oposição, sobretudo do PSDB, por não aceitarem o resultado das urnas. Ao fomentar o discurso do *impeachment* como terceiro turno eleitoral, percebe-se que as reportagens analisadas deram maior ênfase aos atores políticos e às mobilizações sociais, sem qualquer menção a possíveis ações de crime de responsabilidade atribuídas a presidente Dilma.

#### **4.3 Insatisfação popular e a campanha do *impeachment* nas cidades brasileiras**

Os atos de 15 de março de 2015 reuniram mais de 700 mil pessoas em 24 estados e no Distrito Federal, com massiva divulgação na revista *Veja*. Em todas as matérias realizadas nas cidades que aderiram aos protestos, o termo *impeachment* esteve associado à insatisfação popular. Como exemplo, a reportagem sob o título “Manifestação no Recife reúne oito mil manifestantes, segundo a PM”, veiculada em 15 de março, indicava que o ato organizado pelos grupos Vem pra Rua e Estado de Direito, ligados ao Movimento Brasil Livre, foram motivados por pedidos de *impeachment* e mensagens de insatisfação com o governo.

A reportagem intitulada “Ato contra Dilma terá pontos fixos de concentração em SP”, de 9 de março, destacava que a organização dos protestos esperavam levar 200 mil pessoas para a Avenida Paulista. A matéria aponta convergência de interesses dos grupos em luta pela mudança do país, com trechos da entrevista de Fabio Bravo, do movimento Vem pra Rua, nos quais assinala que tais mudanças passam pela saída da presidente Dilma e toda gestão petista do governo.

Em tom uníssono, as matérias apontaram o pedido de *impeachment* e a renúncia da presidente Dilma como a voz das multidões. Os textos não deixaram de mencionar as palavras de ordem e os xingamentos proferidos pelos populares contra a presidente, como “banDilma”, “1, 2, 3, Dilma no xadrez” e “Não adianta nos reprimir, esse governo vai cair”, Fora Dilma!” e “Fora PT!”. Já os protestos pró-Dilma, agendados para o dia 13 de março, tiveram uma cobertura restrita em Veja. Eles apareceram em questionamentos sobre a validade da mobilização. A reportagem “Nem ‘vale-protesto’ salva ato pró-Dilma em São Paulo”, de 13 de março, em tom de deboche, falou da baixa adesão da marcha organizada para defender o governo, com apenas 12 mil pessoas, bem menos do que as 100 mil prometidas pela CUT. Mencionou que nem mesmo o kit protesto – com transporte gratuito, distribuição de marmita, camiseta e boné, além de um vale que variou de R\$ 35,00 a R\$ 50,00 – foi capaz de atrair o público em prol do governo petista. Na mesma direção, a matéria de Veja com o título “Entidades ligadas ao PT fazem atos para blindar Dilma” apontou que, com o intuito de proteger a presidente dos protestos pró-*impeachment* convocados para 52 cidades para 15 de março, sindicatos e movimentos sociais ligados ao PT conclamaram seus militantes a saírem às ruas nas 27 capitais do país, dois dias antes da manifestação pela saída de Dilma.

Adotando outro viés, Carta Capital buscou descaracterizar os movimentos pró-*impeachment* com a reportagem “MBL, o movimento democrático que hostiliza a imprensa”, na qual falou das agressões e do tratamento hostil dispensados aos jornalistas de plantão na cobertura dos atos. Em outra notícia intitulada “Quem está por trás do protesto no dia 15”, a revista procurou denunciar a origem do grupo Estudantes pela Liberdade, que auxiliou na organização dos atos contra Dilma. Segundo a reportagem, trata-se de um grupo financiado por corporação petroleira norte-americanas, com histórico de atacar direitos indígenas e depredar o meio-ambiente, que na atual circunstância age em função de interesses financeiros na Petrobras.

Com relação ao ato de 13 de março, convocado pela CUT e pelo MST, Carta Capital publicou o texto “Defesa da reforma política leva milhares à Avenida Paulista”. A matéria indicava a mobilização de cerca de 100 mil participantes, segundo os organizadores, contra 12 mil na contagem a Polícia Militar. Ele apontou que o movimento foi organizado em torno de inúmeras pautas sociais, das quais sobressaia o apoio a presidente em um eventual pedido de *impeachment*.

As mobilizações pró-*impeachment* ganharam uma pauta reduzida na revista Carta Capital. “Brasil vive dia de protestos massivos contra Dilma” e “Governo promete

lançar pacote anticorrupção nos próximos dias”, publicadas em 15 de março, trouxeram estimativas do número de manifestantes em cada cidade, além de ressaltar os pedidos de retorno da ditadura militar como solução para retirada do governo petista do poder. Ainda, os textos enalteceram a promessa do governo de um pacote de medidas contra a corrupção.

De maneira espetacular, sem um aprofundamento das condições jurídicas que permeiam a abertura e a tramitação de um processo de *impeachment*, o termo ganhou as principais cidades e ruas do país e obteve uma cobertura massiva da mídia, seja para endossar ou se contrapor os atos. Ao enquadrar as reportagens das revistas *Veja* e *Carta Capital* foi possível verificar que as mídias concederam maior ênfase na competição dos movimentos pró e contra o *impeachment* de presidente Dilma, relegando ao aspecto jurídico o papel de coadjuvante na cena política, com total omissão a questões vinculadas a crime de responsabilidade.

#### **4.4 Crime de responsabilidade, prerrogativa legal para o *impeachment***

As prerrogativas legais para abertura do processo de *impeachment* no Brasil estão presentes na Constituição Federal de 1988, sendo que o crime de responsabilidade consta como uma das bases jurídicas para afastar, nesse contexto, um presidente da República. Sobre o assunto, a *revista Veja* publicou uma reportagem especial, com o título “Entenda como funciona um processo de *impeachment*”, em 12 de março, na qual elencou os passos para a cassação de um mandato presidencial. A reportagem mencionou a necessidade de caracterização do crime para a abertura do processo, ou seja, que o presidente da República atente contra as prerrogativas do artigo 85 da Constituição. A matéria jornalística segue esclarecendo que as etapas posteriores vão desde a admissão do processo na Câmara dos Deputados até o julgamento no plenário do Senado pelo Supremo Tribunal Federal.

Outras matérias de *Veja* apenas reproduziram entrevistas de políticos e juristas a alertarem para a ilegalidade do processo de *impeachment*. A matéria “Dilma só pode ser investigada após fim do mandato, dizem juristas”, aponta que segundo o Artigo 86 da Constituição, a presidente não pode ser investigada por fatos alheios ao cargo, configurando entre as autoridades que não poderiam ser investigadas no escândalo do petrolão. Nesse sentido, a reportagem indica que, na investigação da Operação Lava Jato, as citações que envolvem Dilma remetem à época em que ela era presidente do Conselho de Administração da Petrobras, entre 2003 e março de 2010, e ministra do governo Lula. O parágrafo 4º do artigo 86 da Constituição proíbe que um presidente da República seja responsabilizado, no exercício do mandato, por atos que não dizem respeito ao exercício de suas funções.

Sobre o tema crime de responsabilidade, *Carta Capital* apenas publicou uma reportagem, em 05 de março, sob o título “O nome de Dilma consta na Lava Jato?”, no qual menciona o pedido de arquivamento das investigações contra a presidente,

pois a Constituição proíbe a investigação do chefe do Executivo durante o mandato por qualquer ato que não se refira ao período no cargo. Nesse sentido, verifica-se que durante o período analisado, a revista *Veja* publicou apenas uma reportagem em que o termo *impeachment* foi abordado com base nas prerrogativas constitucionais. Nos demais conteúdos jornalísticos as menções ocorreram sem maior aprofundamento do tema.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção da opinião pública sobre um governo e suas ações passa necessariamente pela mídia. O poder de selecionar e enfatizar fatos e acontecimentos permite que a narrativa jornalística elabore uma imagem peculiar em torno da política e seus atores, mesmo que tal imagem seja amparada por recortes da realidade. A representação que a narrativa jornalística traz do fato político é, por vezes, construída a partir de um modelo específico de tratamento e seleção das informações, que privilegia determinadas abordagens, em detrimento de outros ângulos e perspectivas.

Constata-se, dessa forma, que ao assumir a função de mediação do processo, a mídia adquire o papel de ator social do campo político. Por meio da produção e veiculação da notícia ela influencia na maneira pela qual o fato político é percebido pelos receptores. Não obstante, o processo de busca, seleção e edição de informações, quando tomado de maneira espetacular, com o intuito de mobilizar ou incitar um maior número de leitores, acaba por esvaziar o conteúdo político da notícia.

A repercussão de uma possível abertura de um processo de *impeachment* contra a presidente Dilma pela mídia, em especial pelas revistas analisadas, percorreu os ditames de uma narrativa produzida nas premissas do jornalismo espetacular, ao primar pela ampla cobertura do fato dissociado dos preceitos legais que deveriam fundamentar a discussão política. Após analisar as matérias publicadas nas revistas *Veja* e *Carta Capital*, constatou-se que a cobertura da pauta *impeachment* esteve associada a questões como golpe, terceiro turno eleitoral, desacertos econômicos e insatisfação popular, dissociada das prerrogativas jurídicas pertinentes ao tema. A maior parte das reportagens enfatizaram aspectos paralelos ao assunto – disputa acirrada entre os políticos, lideranças das mobilizações sociais – pela imposição do melhor argumento para abertura e/ou cerceamento do processo de *impeachment*.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de out. 1988**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, UNB, Brasília, n. 5, 2011.

ENTMAN, Robert Mathew. **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm.** Journal of Communication, 1993, 43(4): 51–8.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

LIMA, Venício Artur de. *Sete teses sobre mídia e política no Brasil.* **Revista USP**, São Paulo, n. 61, 2004.

PADUA, Livia Borges. A relação entre o enquadramento da notícia e o processo de accountability. *Revista Mediação, Fumec*, n. 10, 2010.

PORTO, Mauro. **Media framing and citizen competence: television and audience's interpretation of politics in Brazil.** Tese de Doutorado. University of California (EUA), 2001.

\_\_\_\_\_. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. Canelas (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens.** Salvador: UFBA, 2004.

RUBIM, Antônio A. C.; COLLING, Leandro. Política, cultura e a cobertura jornalística das eleições presidenciais de 2006. In: GOULART, Jefferson O. (Org.). **Mídia e Democracia.** São Paulo: Annablume, 2006.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder.** São Paulo: Editora Contexto, 2010.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen:** Graduada em Comunicação Social/Jornalismo (UEPG); mestre em Crítica de Mídia (UEPG). Tem 10 anos de experiência em assessoria de imprensa.

Atualmente é proprietária de agência de publicidade que presta serviços na área de marketing e comunicação empresarial.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-344-6

